

CIDADES

LICITAÇÃO SUSPENSA

A+ A-

Empresas de limpeza denunciam prefeitura de MS e TCE suspende pregão

A Prefeitura de Figueirão terá que suspender o pregão eletrônico após duas empresas denunciarem supostas irregularidades na competição

JOÃO PEDRO FLORES
14/08/2026 - 11h20



Nos siga no

Google News



A Prefeitura de Figueirão terá que suspender imediatamente o pregão eletrônico, segundo a determinação do TCE-MS - Foto: Divulgação



Participe do grupo do **Correio do Estado** no **WhatsApp** e receba as notícias do dia direto no seu celular.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) decidiu pela suspensão, de forma cautelar, um pregão eletrônico da prefeitura de Figueirão, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza urbana.

A medida tem caráter provisório e poderá ser revista ou modificada a qualquer tempo, conforme os elementos que sejam produzidos no curso da instrução.

Caso o contrato já tenha sido homologado, o conselheiro Osmar Domingues Jeronymo determinou que o Executivo se abstenha de formalizar a contratação até a deliberação da Corte de Contas.

A execução da suspensão cautelar deve ser imediata, caso já tenha sido formalizado contrato decorrente do certame, inclusive quanto à emissão de ordens de serviço, realização de pagamentos ou prática de quaisquer outros atos destinados à execução do ajuste.

O prefeito de Figueirão, Juvenal Consolaro, foi intimado para que, no prazo de cinco dias úteis, comprove o cumprimento dos itens da decisão, e apresente esclarecimentos sobre os fatos

MAIS LIDAS



LOTÉRIAS / 16 HORAS
Resultado da Quina de hoje, concurso 7091, quinta-feira (13/08)



DECISÃO JUDICIAL / 19 HORAS
Mau cheiro leva TJMS a autorizar arrombamento de apartamento em Campo Grande



LOTÉRIAS / 16 HORAS
Resultado da Lotofácil de hoje, concurso 3761, quinta-feira (13/08)



LOTÉRIAS / 1 DIA
Resultado da Loteria Federal 6091-7 de ontem, quarta-feira (12/08): veja o rateio



INFRAESTRUTURA URBANA / 1 DIA
Asfalto de quase R\$ 7 milhões em Campo Grande ganha novo prazo até 2027

narrados nas denúncias, especialmente aqueles relacionados à: condução da sessão pública, aos registros da plataforma eletrônica utilizada, à análise da exequibilidade das propostas e ao julgamento dos recursos administrativos, sob pena de responsabilização, reparação de eventual dano ao erário e aplicação de multa de 1.800 UFERMS.

Primeira denúncia

Duas empresas que estavam concorrendo no pregão eletrônica apresentaram denúncias ao TCE-MS. Com pedido de medida cautelar, a E.O. de Farias Ltda denunciou a prefeitura de Figueirão, pois afirma que durante o procedimento licitatório, sua identidade teria sido revelada indevidamente, com a divulgação antecipada dos valores das propostas iniciais dos licitantes, bem como a inversão indevida da fase de intenção recursal antes da realização da etapa competitiva.

A lei define que a intenção de recorrer deve ser imediata após o julgamento das propostas e da habilitação.

Alega, ainda, que a Administração reconheceu tais falhas quando do julgamento de seu recurso administrativo, no entanto, limitou-se a afirmar que não haveria prejuízo concreto apto a justificar a repetição da fase competitiva ou a anulação do procedimento.

Segunda denúncia

A empresa LCP de Souza também aponta a existência de supostas irregularidades no mesmo procedimento licitatório. A denúncia sustenta que a proposta teria sido indevidamente desclassificada por suposta inexecuibilidade, com fundamento exclusivo em parecer jurídico e sem manifestação técnica da área de engenharia.

Alega, ainda, tratamento não isonômico na análise das propostas, mediante aplicação de critérios mais rigorosos e de exigências não previstas no edital, apenas à sua oferta, enquanto teriam sido admitidas, na proposta posteriormente aceita, alterações na planilha de custos, redução do quantitativo de trabalhadores, BDI inferior aos parâmetros referenciais e ausência de detalhamento dos encargos sociais.

Essas situações, na visão da empresa, violam a isonomia, o julgamento objetivo, a vinculação ao edital e a economicidade. Segundo a denúncia, o órgão público havia calculado um valor de referência para o serviço, mas a proposta vencedora que foi adjudicada ficou **R\$ 909.557,68 acima** desse valor planejado.

[Assine o Correio do Estado](#)



POLÍCIA | DEPCA

Sequestradora queria criar Ayla como 'filha' no Paraguai

Acusada já foi mãe por outras três vezes, crianças essas que foram criadas por avós já que Suzilaine esteve presa durante boa parte da infância e adolescência dos próprios filhos

📅 14/08/2026 11h45

Compartilhar ➡